

**UM TESOURO DA CULTURA OCIDENTAL: OS MANUSCRITOS
MEDIEVAIS DA UNB E OS SEUS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS E
PATRIMONIAL**

**A TREASURY OF THE WESTERN CULTURE: THE MEDIEVAL
MANUSCRIPTS OF THE UNB AND THEIR PATRIMONIAL AND
HISTORICAL MEANING**

Saul António Gomes

Professor da Universidade de Coimbra, Portugal
Doutor em História Medieval pela Universidade de Coimbra, Portugal
e-mail: saulgomes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.23471>

Recebido 25 de abril de 2017

Aprovado 1 de maio de 2019

RESUMO

Este artigo tem por objetivo tecer algumas considerações relativamente aos três manuscritos medievais que se encontram na Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB), a saber: Diálogos de S. Gregório, Vidas de Santos e Livro das Aves. Esses manuscritos tiveram origem no universo do livro religioso medieval em território português. Esta é uma característica fundamental neste património, isto é, o da sua condição e dependência do universo cultural do medievo português, universo em que o religioso, como por todo o Ocidente cristão, ocupa o lugar central. Os manuscritos medievais da UnB não intermedeiam um texto originariamente em latim, mas antes um texto traduzido em língua portuguesa para melhor compreensão dos leitores a que se destinavam, no caso, e sobretudo, um público clerical, regular ou secular, mas sem eliminar o acesso de possíveis utilizadores leigos.

Palavras-chave: Diálogos de S. Gregório; Vidas de Santos; Livro das Aves; Manuscritos medievais da UnB.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present some key ideas about the three medieval manuscripts from the Biblioteca Central (BCE) of the University of Brasília (UnB): “Diálogos de S. Gregório” (Dialogues of St Gregory), “Vidas de Santos” (Lives of Saints) e “Livro das Aves” (Book of the Birds). Those manuscripts came from the Portuguese universe of medieval religious books, in which universe the religious has a main role, as all over the Christian Western. The medieval manuscripts of the UnB were not result of a Latin intertwined text, but a translation to Portuguese in order to facilitate the understanding of the public to whom they were destined: mainly clergymen (regular or secular), even though without excluding secular readers.

Keywords: Dialogues of St Gregory; Lives of Saints; Book of the Birds; Medieval manuscripts of the UnB.

INTRODUÇÃO

A escrita e o livro têm, na história e na identidade cultural ocidentais, um lugar central. Deveremos afirmar, aliás, que o livro e a escrita se revelaram centrais em praticamente todos os processos civilizacionais; mas há que reconhecer, também, que no campo mais específico da história do livro, este adquiriu no Ocidente dimensões esplendorosas e de tal forma valiosas que o seu fabrico e a sua guarda, em ricas bibliotecas, exigiram financiamentos muito, muito elevados. A palavra, neste universo civilizacional, proferida ou inscrita, traço e imagem, negra ou colorida, essa palavra que é *logos* revela-se genesiaca porque fonte de criação, poética de uma luminosa transparência do belo e da escrita como chão fecundo do inesquecível.

A escrita, ainda, pela fronteira que traça, o seu aparecimento, dos tempos históricos, o antes e o depois, a pré-história da história; o livro, por outro lado, porque suporte material, primeiro em forma de *volumen*, depois em forma de *codex*, palavra escrita e imagem colorida, definindo as textualidades de uma escrita em que se plasman as eternas memórias da criação. O livro, ainda, porque elemento axial do Religioso, da criação, da revelação e da salvação, em torno do qual, Livro, se conformam as três grandes religiões monoteístas¹.

Se no Judaísmo, os rolos da Lei, a Torá, em que a escrita sagrada se inscreve em pergaminho, ocupam o arquétipo tabernáculo santo, com o Cristianismo, é o novo livro, o *codex*, que triunfa, também ele em pergaminho, evangeliário, missal ou breviário, privilegiando o pergaminho como matéria de suporte, guardado nos arcazes e *thesaurii* de igrejas e mosteiros, para dali ser conduzido para a celebração sobre o altar do pão transubstanciado em Corpo de Deus. Como é esse códice, ainda, mas agora na fina espessura do fólio de papel, que serve à recitação das suras do Alcorão.

Georges Duby escreveu um famoso livro que intitulou *O Tempo das Catedrais*². Esse “tempo” são os séculos medievais cristãos cujo símbolo mais perfeito, para o historiador, foram as catedrais. A Idade Média tem, na verdade, nas catedrais uma das suas

¹ Reflexão motivada, em parte, pela leitura das obras de ANSELMO, Artur. *História da Edição em Portugal*. I. Das origens até 1536. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991; *A Iluminura em Portugal*. identidade e Influências. Catálogo da Exposição, 26 de Abril a 30 de Junho '99, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999; NASCIMENTO, Aires A. *Ler contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa. (Recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. 2 v. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

² Na sua primeira edição, *Le temps des cathédrales*. L'art et la société, 980-1420. Paris: Gallimard, 1976.

representações simbólicas mais eloquentes. Como elas, os códices que nos chegaram desses tempos medievais revelam também o amor a Deus dos operários que os escreverem, folha a folha, povoando-os de luz e cor, para exaltação da Fé e glória divina. Pedreiros e arquitetos ergueram aos céus as magníficas catedrais cujos coruchéus tocam os céus e por cujas rosáceas e vãos penetra uma luz única que vidros multicolores metamorfoseiam; copistas e iluminadores, também eles artífices, construíram letra a letra livros deslumbrantes que documentam, como as catedrais, a crença e a esperança do homem medieval na Palavra de Deus.

Nalguns dos primeiros códices, aliás, os “arquitetos da escrita” inscreveram, em laudas de abertura decoradas com colunas e frontões, projetando templos e monumentos matematicamente perfeitos, índices de concordâncias evangélicas, como as de Eusébio de Cesareia, que assim permitiam introduzir uma lógica de leitura e de consulta entre os diferentes livros dos Evangelhos, nas suas coincidências, reiteraões e também nas suas diferenças e contradições.

Decifrar e organizar logicamente os escatológicos mistérios da Fé foi um desígnio prosseguido por muitos intelectuais do primeiro milénio por toda a Cristandade. Para os cristãos, a vinda de Cristo, a última vinda de curso para o tremendo julgamento dos vivos e dos mortos, sentenciando, então, à vida eterna ou à morte eterna, foi sempre uma questão central, numa crença que afirmava a Fé na ressurreição dos mortos, procurando na História, no milenarismo do Ano Mil, por exemplo, o seu palco de manifestação. Para revelar essa segunda vinda de Cristo-juiz, aliás, S. João Evangelista escreveu o Apocalipse, o Livro da Revelação em que uma nova Era e um novo céu se revelarão. Muitos intelectuais cristãos procuraram compreender e decifrar esta escatologia. Na antiga Lusitânia, essa tentativa foi feita, por exemplo, pelo bispo Apríngio de Beja, no século VI, autor de um Comentário ao Apocalipse, como, sobretudo, pelo monge Beatus, de Liebana, correspondente de Alcuíno, contemporâneo de Carlos Magno que se fez coroar imperador na noite de Natal do ano 800, e que nos deixou o seu Comentário – na verdade em duas versões e verdadeiramente comentários... –, Comentário ao Apocalipse, um dos maiores sucessos do livro medieval, e livro que circulou e foi copiado centenas de vezes, pelos séculos subsequentes, dentro e fora da Península Ibérica³.

³ Ver: *Obras completas de Beato de Liebana*. Edición bilingue preparada por Joaquín González Echegaray, Alberto del Campo y Leslie G. Freeman. Madrid: Estudio Teológico de San Ildefonso e Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.

O LIVRO COMO ARTEFACTO DA CULTURA

A associação entre a arquitetura das catedrais e o livro não é fortuita. O livro, na sua composição, é um resultado de cálculos e de hierarquias orientadas pelo respeito pela regra matemática das proporções áureas, dos retângulos perfeitos, da trigonometria pitagórica. Ainda na atualidade, a linguagem biblioteconómica recorre a dois horizontes semânticos para manusear e referenciar a terminologia do livro: o campo da natureza (livro, fascículo (fascis/feixe, pequeno feixe); folium/folha, papiro/papel, página (pagere, in pagere, compage, collegare os fólhos numerados, coligir, rolo (rotulus, diminutivo de ruota; arrolar, associado a volumen, livro enrolado, tomus/tombo, caudex/codex (códice, codicilo, codificar, código; *càndex*, cepo, pedaço de árvore, tronco, ramo, Caulis/caulo; corpo de leis); rubrica/rubeum/rubrum) e o campo da arquitetura (pórtico - portada, janela, coluna, inter-colúnio, capítulo (capite, capitel), margens (rodapé, dorso, cabeceira, goteira), caixa (de texto), regras/regula/regragem, tábuas e tabuinhas (*bibliotheca*), planos, pauta/pautado) (Nascimento, 1984, p. 91-104).

Na terminologia librária há, ainda, vocábulos que são complexamente tudo isso, natureza, arquitetura e história social da escrita, como sucede com o substantivo pergaminho. Pergaminho deriva do latim *pergamum* ou *pergamon*, nas formas *pergaminum*, *pergamina*, como material de escrita historicamente originário do antigo reino de Pérgamo, uma das sete igrejas e cidades, aliás, enunciadas no Apocalipse de João (1: 11 e 2:12). Em Pérgamo, muitos reis anularam documentos em papiro para apenas aceitarem os que fossem feitos em pergaminho. *Pergamo* era, também, cidade que disputava primazias culturais a Alexandria e que terá tido, na sua biblioteca pública, mais de 200 mil *volumina* em pergaminho, por causa justamente dos problemas políticos entre os seus senhores e os de Alexandria. Conta a história que Marco António, apaixonado por Cleópatra, decidiu presenteá-la com toda a biblioteca de Pérgamo assim enriquecendo ainda mais a famosa biblioteca de Alexandria (Iline, 1986, p. 227-235).

Esse material de escrita, o pergaminho, digno de reis, é materialmente uma pele de carneiro, de ovelha, de cordeiro ou de caprino, por vezes de outros animais, devidamente curtida, adelgada, raspada e preparada para se escrever. Cartas régias portuguesas de graça e mercê, de privilégios, de concessão de armas de fidalguia, de sentenças, de perdão, por exemplo, tinham de ser escritas em pergaminho, assinadas pela mão dos monarcas e seladas

pelo selo pendente ou de chapa. Só assim adquiriam plena eficácia jurídica. O pergaminho foi de tal forma importante na vida social que, ainda hoje, figurativamente, se usa a expressão “ter pergaminhos” com o valor semântico significante de título de nobreza. Na Universidade de Coimbra, em tempos medievais, como nos séculos modernos e até à atualidade, é em pergaminho que se emitem os diplomas dos graus académicos, assinados pelo magnífico reitor com selo metálico de prata ou prata dourada, pendente por fitas de seda das cores de cada faculdade, para quem o quiser.

E se o pergaminho, permita-se-nos esta referência ainda à questão da história social da escrita, se associa a atos de reis e da nobreza, já o papel ficará associado às camadas sociais burguesas e mercantis, à plebe, como quando se empregam frases como “ter muito papel”, com o significado de ter muito dinheiro, ou de desempenhar um “grande papel”, quando se pretende elogiar o trabalho de atores e de comediantes. Não é sem sentido que, durante séculos, o papel apenas foi usado nas chancelarias ocidentais – mas não, reconheça-se nas do Extremo Oriente – para atos menores e marginais, para as contabilidades do deve e haver, destinados a períodos úteis muito breves, findos os quais tais papéis eram geralmente deitados fora ou destruídos. Na chancelaria real portuguesa, refira-se, os primeiros livros de registos régios, em papel, parece datarem apenas de finais do reinado de D. João III, nomeadamente para receberem sobretudo cópias de cartas de perdão ou de legitimação de filhos ilegítimos, como se exemplifica com o Livro nº 20 da série de Perdões e Legitimações, de 1552. Depois, o papel, posto que papel de excelente qualidade, substituirá o pergaminho nesses numerosos livros de registos das chancelarias régias portuguesas sobretudo dos séculos XVII e XVIII⁴.

O papel, como material de escrita mais económico, vai substituindo paulatinamente o pergaminho mesmo nos ambientes culturais mais tradicionais. O mais antigo cartulário da Universidade de Coimbra, o Livro Verde, de começos do século XVI, é totalmente escrito em papel (Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992). Os monges cistercienses de Alcobaça – a mais rica e poderosa abadia portuguesa desde a sua fundação, em 1152, até à sua extinção, em 1832-1834 –, quando, a partir do segundo terço do século XV, especialmente com o abadiado de D. Fr. Estêvão de Aguiar (1431-1446), um esclarecido monge reformador de origem beneditina, regressado de Itália a Portugal, por

⁴ Os elementos referidos resultam da investigação do autor sobre os fundos documentais em referência. Para uma leitura contextual do uso do papel, em Portugal, veja-se BANDEIRA, Ana Maria. *Pergaminho e papel em Portugal*. Tradição e conservação. Lisboa: Celpa - Associação da Indústria Papeleira, 1995.

diligência do rei D. Duarte, e colocado à frente deste mosteiro, justamente, para providenciar a sua reforma disciplinar e cultural, dizia, os monges alcobacenses encetaram o processo de atualização cultural da sua biblioteca, traduzindo do latim para o português obras teológicas, hagiológicas e místicas, sobretudo os códices que os tradutores e escribas do *scriptorium* desta abadia fizeram, usaram significativamente o papel como material de escrita. Da qualidade desse material de escrita dá prova, nos nossos dias, o estado de boa ou mesmo excelente conservação desses códices custodiados atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

É certo que o pergaminho continuou sendo o material suporte de escrita mais nobre. Um dos livros mais interessantes da literatura política portuguesa quatrocentista foi escrito, sob o título de Tratado da Virtuosa Benfeitoria, por volta de 1418-1430, pelo Infante D. Pedro, duque de Coimbra, chamado o Infante das Sete Partidas. O Infante teve o apoio do seu secretário, diremos, um dominicano, Fr. João de Verba, nessa operação de escrita do livro, mas o que nos importa, aqui, é reconhecer que o original dessa obra ainda hoje existe, guardado na Biblioteca Municipal de Viseu, e que é um códice em pergaminho, com uma bela dedicatória, com iluminura heráldica, feita pelo infante D. Pedro a seu irmão, o rei D. Duarte⁵. A biblioteca dos reis de Portugal, de que existem inventários, por exemplo, para os reinados de D. João I (1385-1433) e de D. Duarte (1433-1438), era constituída por algumas dezenas de códices ao que parece maioritariamente, se não todos, em pergaminho. Quando o rei D. Afonso V (1438-1481) assumiu o poder em plenitude, após a sangrenta batalha de Alfarrobeira (1449), uma das suas primeiras decisões foi renovar a biblioteca do palácio real do paço da Alcáçova, em Lisboa, para a qual contratou um bibliotecário-mor, o conhecido Gomes Eanes de Zurara, e uma verdadeira equipa de escribas e iluminadores, a fim de executarem cópias de livros para enriquecerem o acervo dessa biblioteca, a qual, aliás, funcionou como uma das primeiras bibliotecas, em Portugal e na Europa, com leitura pública. A tradição bibliófila dos reis e rainhas, infantes e alta-nobreza de Portugal, acentuou-se nesse século XV, a centúria do humanismo do *Quattrocento*, podendo mesmo falar-se de um *scriptorium* régio com especificidades ou com uma marca própria nas formas de copiar e iluminar os códices aí produzidos (Gomes, 2009, p. 181).

⁵ Biblioteca Municipal Dom Miguel da Silva, Viseu - Cofre: Rº 12. Vd. referências críticas e bibliográficas em Scrinium: <http://www.scrinium.pt/pt-002>.

Ao contrário da biblioteca de Alcobaça, onde o processo de renovação da vida cultural dos monges aceitou os novos suportes de escrita, no antigo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1131-1132, não encontramos códices em papel para os tempos medievais. Mas a chamada “Livraria de Mão” dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, deste claustro de Coimbra, chegou à Época Contemporânea muito depauperada. O catálogo desses livros de mão conta pouco mais de oito dezenas de códices medievos, a maior parte deles, aliás, códices litúrgicos. Não é muito se atentarmos que, na biblioteca de Alcobaça, esse número sobre para cerca de 400 volumes até cerca de 1500. Também nesta biblioteca predominam os códices do trabalho litúrgico dos monges, mas, aqui, a conservação dos manuscritos revelou-se mais eficaz do que entre os cónegos crúzios de Coimbra⁶.

Os cónegos regrantes de Santo Agostinho foram uma das ordens religiosas mais operosas na vida cultural portuguesa dos séculos medievais. *A aurea aetas* dos seus *scriptoria*, todavia, situa-se no período, sobretudo, entre 1150 e 1250; depois disso foram levadas a cabo algumas iniciativas de reforma e atualização, especialmente nos finais do século XIV e começos do XV, nomeadamente com a tradução para português de regras e outros textos normativos (Carvalho, 1996; Gomes, 2007).

No atual território de Portugal continental podemos documentar uma cultura librária bastante precoce. Os diplomas compilados no volume dos *Diplomata et chartae, dos Portugaliae Monumenta Historica*, por exemplo, apresentam numerosos testemunhos de dotações de igrejas e mosteiros com alfaias litúrgicas e com livros. Um dos mais notáveis legados testamentários, feito pela Condessa Mumadona Dias ao seu Mosteiro de Guimarães, datado do ano de 959, arrola algumas dezenas de códices, na sua maioria litúrgicos, mas também de direito hispânico, de espiritualidade e de normativa da vida monástica, entre eles, por exemplo, a regra de S. Bento de Núrsia, mas também a de Pacómia, a do mestre e a de Isidoro de Sevilha. Nesses séculos da primeira Reconquista, protagonizada sobretudo por D. Afonso III das Astúrias e de Leão, praticava-se no Noroeste ibérico a escrita visigótica, a qual se modela basicamente em duas tipologias: a visigótica librária, mais redonda e pausada no seu traçado, adequada aos códices, e a

⁶ *Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. (Ed. Aires Augusto Nascimento e Francisco Meirinhos). Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997; *Inventário dos Códices Alcobacenses*. Tomos 1 a 6. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1930; 1932; 1978.

visigótica cursiva, própria da documentação avulsa. Este cânone paleográfico permaneceria enraizado nos *scriptoria* dos condados da Galiza, de Portugal e de Coimbra até bem entrado o século XII, altura em que começam a conviver com os modelos gráficos francos ou góticos. Tenha-se presente que a escrita carolíngia não se difundiu no espaço ibérico, dominado, como referimos, pelos cânones visigótico e, também, pela escrita arábica. A penetração de manuscritos em escrita carolina é tardia e fez-se por incorporações tardias em acervos de bibliotecas eruditas sobretudo⁷.

Quando o escriba Egas, do Mosteiro de Lorvão, lançou no final da sua magnífica cópia do Comentário ao Apocalipse, concluída no ano de 1189, o *explicit* e o seu dístico ou colofão de saudação ao leitor, fê-lo já em escrita gótica librária, e não em carolina. Na segunda metade do século XII, aliás, o Mosteiro de Lorvão conheceu um período de relevante esplendor cultural, aí se produzindo verdadeiras obras-primas do livro medieval no reino de Portugal e no contexto da Cristandade ocidental, em especial o chamado Livro das Aves, copiado pelo citado monge Egas, em 1184 (Folieto, 1999), e, ainda, como referi, o manuscrito intitulado Apocalipse de Lorvão, lendo-se nos seus fólios 219-219v, numa linguagem muito codicológica aliás, o significado etimológico de vocábulos como *codex*, *liber*, *volume*, *folium*, *pelles e pagine*:

“Explicit codex apocalipsis duodenario ecclesiarum numero ita duodenario ordine librorum.

Codex; multorum librorum est. Et liber est unius uoluminis. Et dictus est codex per translationem a corticibus arborum sementium caudix quod ex se multitudinem librorum quasi ramorum contineat uolumen. Liber est ad uoluendum dictus sicut apud hebreos uolumina legis uolumina prophetarum. Folie autem librorum appellate siue ex similitudine foliorum arborum seu quia ex follibus fiunt idest ex pellibus quibus occisis pecudibus detrahi solent. Quibus partes pagine dicuntur eo quod sibi in uicem conpingantur.” (Egry, 1972)

A este *explicit*, o copista Egas, de Lorvão, após o dístico:

“Iam liber est scriptus. Qui scripsit sit benedictus.

<quia ide ...regum ?>

Era: M: CC: XX: VII

⁷ COSTA, Avelino de Jesus. *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992; SANTOS, Maria José Azevedo. *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994; *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série - Volume VII. *Diplomata et Chartae - Chartularia. Livro de Mumadona. Cartulário do Mosteiro de Guimarães* (Coord. Luís Carlos Amaral), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016.

Ego Egeas qui hunc librum scripsi si in omnibus
a recto tramite exiui; delinquenti indulgeat
karitas que omnia superat. Amen.”⁸

As bibliotecas medievais portuguesas eclesiásticas com maior expressão foram, todavia, as dos cónegos regrantes (especialmente a de Santa Cruz de Coimbra e a de S. Vicente de Fora de Lisboa), as dos cistercienses de Alcobaça, de S. João de Tarouca, Arouca, de Lafões e de Seiça, e, ainda, as dos beneditinos especialmente a famosa Livraria do Mosteiro de Lorvão, na sua fase histórica pré-cisterciense, ou seja, até cerca de 1200, assistindo-se, nesta abadia, a um período verdadeiramente admirável de cópia de códices sobretudo no último terço do século XII (Nascimento, 2016).

Para além das bibliotecas de mosteiros, tinham expressão muito significativa as bibliotecas das catedrais. Dispomos de inventários para a catedral de Coimbra, dos séculos XIV e XV, pelos quais poderemos calcular que esta biblioteca catedralícia atingia um pouco mais de quatro centenas de títulos. Conhece-se um inventário semelhante, mas mais tardio, para a catedral de Braga, todos eles divulgados já por Avelino de Jesus da Costa e num contexto de publicação de inventários ou catálogos de bibliotecas medievais em Portugal levado a cabo sobretudo pelo Pe. Isaías da Rosa Pereira. (Costa, 1983; Pereira, 1964-66, p. 7-60; Costa, 1967-69, p. 81-96)

As chancelarias medievais em Portugal, civis e eclesiásticas, começaram a usar predominantemente a língua galego-portuguesa e portuguesa moderna de forma mais sistemática a partir das décadas de 1280 e 1290. Um momento histórico que coincide sensivelmente com a abertura do reinado feliz do rei D. Dinis (1279-1325), ao qual se atribui, aliás, a decisão de substituir o latim pelo português na chancelaria régia por essa época. D. Dinis protagonizou, aliás, um dos reinados portugueses de maior brilhantismo cultural. Foi rei poeta, destro na escrita, autor de perto de cinco dezenas de cantigas trovadorescas, fundador da primeira universidade no país, negociador do tratado definitivo das fronteiras da nação, em 1297, com políticas agrícolas, florestais e mercantis decisivas para o futuro económico de Portugal, protetor, de algum modo, dos Templários, com cujo património veio a fundar, em 1318-1319, a Ordem de Cristo. A seu lado, aliás, esteve uma das mais insígnies e cultas rainhas da história do país: Santa Isabel de Portugal (Santos, 1996, p. 604-634).

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Mosteiro de S. Mamede de Lorvão, B, 44, fl. 219 verso. Vd. <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4381091>

Cancioneiros, crônicas, livros jurídicos, como as Partidas de Afonso X, traduzidas para o português do tempo, tratados de Medicina e da arte venatória, eis algumas das áreas literárias e científicas a que se dedicaram os tradutores e copistas dos *scriptoria* lusitanos do tempo. Alguns desses manuscritos chegaram até nós, raramente intactos, mas com bom número de testemunhos fragmentários reunidos exaustivamente na plataforma Bitagap - Philobiblon, dirigido pelos professores Arthur Askins, Harvey Sharrer, Marta Shaffer, Aida Fernanda Dias, entre outros investigadores, com destaque para Pedro Pinto⁹.

OS MANUSCRITOS MEDIEVAIS DA UNB

Como se sabe, foi em 1964 que a Universidade de Brasília adquiriu da viúva do Prof. Serafim da Silva Neto três manuscritos medievais portugueses em pergaminho. Estes manuscritos são itens bibliográficos extremamente valiosos no contexto do património documental e bibliográfico português porque são expressão da história de uma sociedade que encontrou na palavra traduzida, copiada e ilustrada, a composição de uma obra para edificação dos espíritos e glorificação do Deus em que, os artífices construtores dessa obra, acreditavam piedosa, profunda e verdadeiramente.

Todos os manuscritos em causa tiveram origem no universo do livro religioso medieval em território português. Esta é uma característica fundamental neste património, isto é, o da sua condição e dependência do universo cultural do medievo português, universo em que o religioso, como por todo o Ocidente cristão, ocupa o lugar central.

Um universo essencialmente do espírito, da ascese, da mística como vias de salvação da alma, mas que não enfeitava os outros saberes nomeadamente em áreas científicas como aquelas que derivavam do conhecimento da Fisiologia herdado dos antigos nos domínios das hoje chamadas ciências naturais como herbários, lapidários, bestiários e aviários. Mas esse saber, particularmente nos ambientes monásticos e eclesiásticos seculares, só fazia sentido enquanto meta informativa sujeita à triagem interpretativa dos quatro sentidos, já afirmado por Dante Alighieri (*Convívio*, II, 1), segundo o qual todo escrito tem uma significação que começa como literal, passando ao sentido alegórico, o da verdade que se esconde debaixo da fábula, depois, ainda, ao valor moral, o da utilidade social do escrito e, deste, elevar-se ao sentido anagógico, ou seja, o nível do supra-sentido, aquele que permite a apreensão espiritual e sublime das coisas

⁹ Ver: http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html .

significadas (exemplo, a criação do homem, narrada no Gênesis numa gradação de sentidos que se completa no homem como imagem de Deus).

Os manuscritos medievais da UnB não intermedeiam um texto originariamente em latim, mas antes um texto traduzido em língua portuguesa para melhor compreensão dos leitores a que se destinavam, no caso e sobretudo, um público clerical, regular ou secular, mas sem eliminar o acesso de possíveis utilizadores leigos (Neto, 1956).

Um desses manuscritos, pertencente a antigo códice com o Livro das Aves, é, na verdade, apenas um caderno, primitivamente, aliás, um quaterno, ou seja, um conjunto de quatro bifólios de que, todavia, um deles se encontra amputado num dos fólios, que apenas nos chega parte da respetiva folha (Cunha, 1965.). Pela verificação das características materiais da escrita e da concatenação de texto e imagem, parece-nos estarmos perante bifólios de um mesmo copista, elaborados dentro de uma lógica coerente de organização da informação textual.

É uma obra com origens no legado cultural da Antiguidade aos séculos medievais, a qual encontrou em Hugo de Folieto o seu autor mais autorizado. Existem três importantes exemplares desta obra em Portugal, todos em latim, um proveniente do Mosteiro de Lorvão, como se referiu, ao qual foi associada como suplemento uma segunda obra, “De creatione hominis”, um segundo na Biblioteca Pública Municipal do Porto e, ainda, um terceiro manuscrito, na Biblioteca Nacional de Portugal, no fundo de Alcobaça.

O manuscrito de Brasília tem como originalidade fundadora o ser, até hoje, a única versão em língua portuguesa deste tratado, à qual acresce a mais-valia das qualidades da escrita e da iluminura que apresenta. É certo que, nalgumas iluminuras das aves, assim como na iluminura da visão de Ezequiel – em que a figura humana central é mais Ezequiel, o profeta, do que o próprio Cristo como mais geralmente este tópico aparece na arte medieval ocidental –, as molduras desenhadas, nas composições alusivas aos açores e à visão de Ezequiel, por exemplo, sugerem uma arquitetura gótica francesa, como modelo inspirador (Ribeiro, 2004).

Um segundo manuscrito do tesouro de Brasília é identificado, já na tradição que informou a aquisição do manuscrito pela UnB, como um *Flos Sanctorum*. Conta 82 fólios em pergaminho, não se encontrando, todavia, completa. Mais do que um *Flos Sanctorum*, creio, título este muito franciscanizado ou inspirado nas hagiografias desta ordem mendicante, aliás, estamos perante uma compilação da tipologia das *Vitae patrum* ou da série das

Colações de Cassiano. Mereceu estudo e publicação cuidada, recente, a Américo Venâncio L. Machado Filho (Machado Filho, 2009).

Finalmente, o manuscrito maior do *thesaurus* brasiliense, os Diálogos de São Gregório Magno, com 161 fólios, de que o primeiro fólio se mostra bem iluminado, nomeadamente pelo retrato do monge que sucede à rubrica de abertura do livro. Como o anterior, é um texto em língua portuguesa.

Estamos, portanto, perante três obras distintas. A história da proveniência destes manuscritos parece simples. Foram adquiridos pelo Prof. Serafim da Silva Neto, num sebo em Lisboa, em momento impreciso. Em 1964, como se sabe, passaram para a UnB. Falamos de três manuscritos, mas talvez não seja exato referi-los como três códices. Um códice tem uma unidade material constituída por cadernos, distribuídos de acordo com a lógica sequencial que os copistas lhes deram e unidos pelo processo de encadernação que vai da cosedura dos cadernos, disposição dos nervos, reforço da lombada, aparo das margens e aplicação dos planos da capa e suas coberturas em pele, geralmente com ferragens ou, nalguns casos, com recurso a aplicação de placas ornamentais preciosas ou semipreciosas.

Os manuscritos da UnB não apresentam encadernação, embora esta se possa reconstituir parcialmente e em contexto de arqueologia codicológica. Fariam parte, estes três manuscritos, de um único códice ou eram originariamente códices próprios? Se faziam parte de um mesmo códice, então deveremos interrogar qual o sentido cultural desse códice, por que foi feito assim, reunindo três obras tão distintas entre si? Para que público foi produzido?

A Codicologia propõe-se como uma área científica, interdisciplinar com a Paleografia, mas também com outros saberes como a Filologia, a Linguística Histórica, a História e a História da Arte, entre outros, cujo método de trabalho é um tanto arqueológico, procurando tirar informação sobre a história de cada manuscrito ou códice a partir dos elementos e marcas materiais nele subsistentes. Um manuscrito, na verdade, é um verdadeiro campo da arqueologia dos saberes.

GENEALOGIA E ARQUEOLOGIA DOS MANUSCRITOS

Voltemos ao problema. Estes manuscritos de Brasília têm uma história que, em parte, é recuperável e à qual se acederá pelo estudo justamente codicológico. Em

Codicologia a primeira área de abordagem respeita ao esclarecimento da gênese do manuscrito. O que se deve entender por gênese de um manuscrito? Sobretudo a sua identificação no contexto histórico da respetiva produção. A origem de um manuscrito, de um códice, remete ao *scriptorium* da sua produção, e um *scriptorium*, por sua vez, remete a uma instituição para a qual o livro é um instrumento essencial porque intermediador da própria identidade e funcionalidade social desse instituto. Não há, ontem como hoje, mosteiros ou catedrais sem livros; e aquelas instituições sem capacidade de produzir ou reproduzir os seus próprios livros tinham nos mercados de compra e venda, de circulação da escrita, as suas fontes de abastecimento.

Por que se reproduzia um determinado livro numa certa instituição? Por que os Diálogos de São Gregório ou as Vidas dos Padres, e não outros títulos e autores? Por que o Livro das Aves, e não um outro título? E que tipo de literatura é esta? Uma literatura de espiritualidade, a que nos importa considerar, mas de autores atuais ou, pelo contrário, de autores clássicos e antigos? O que há de continuidade ou de inovação nestas escolhas institucionais e culturais? Os textos em causa interessavam a claustros monásticos ou mais a um clero secular? E, sendo religiosos regulares os seus destinatários, estes perfilam-se numa linha monástica tradicional, a das ordens mais contemplativas, ou antes nas vias das fileiras mendicantes, dos frades que pregavam, confessavam, sacramentavam e ensinavam nas praças públicas das cidades e nas universidades?

Os custos de produção de um manuscrito e códice, como foram certamente os dos manuscritos UnB, foram seguramente muito elevados. Que instituição, se provêm apenas de uma mesma instituição, poderia suportar estes custos? E há ainda questões contextualizadoras como a da qualidade material dos manuscritos, do pergaminho, das tintas, dos copistas e revisores envolvidos, da paleta de cores para a iluminação – e como abundam os azuis no Livro das Aves, essa cor feita a partir de lápis-lazúli, mineral caríssimo e difícil de obter em tempos medievais sobretudo num *scriptorium in confinibus mundi*, como era o território português.

Vidas dos Padres, Diálogos de S. Gregório, Livro das Aves, de Hugo de Folieto, eis autores e títulos clássicos com tradições nas bibliotecas das ordens beneditina, Canonical regrante de Santo Agostinho e Cisterciense. Destas três ordens, existiram em Portugal abadias ricas e poderosas. Na sua origem, é altamente provável que os manuscritos em consideração tenham sido gerados no *scriptorium* de um claustro de uma destas ordens

religiosas. Descartamos, aqui, outros lugares, nomeadamente as catedrais? Não necessariamente, mas é mais provável a resposta monástica até porque, nestes ambientes, se tem vindo a confirmar o movimento trecentista e quatrocentista de traduções de obras latinas para a língua portuguesa (Silva; Machado Filho, 2009, p. 189-202).

Terão sido manuscritos monásticos até data tardia passando, depois da extinção dos ordens religiosos, para mãos de particulares entre as quais os encontrou o Prof. Serafim da Silva Neto? Terão chegado ao património de alguma biblioteca de nobres bibliófilos antes das revoluções e convulsões liberais? Ficamos no campo das possibilidades. Na primeira metade do século XX, em Portugal, ainda era possível que eruditos investigadores adquirissem, a preços acessíveis, códices e fragmentos de códices. No Norte de Portugal, sobretudo, onde parece que abundou essa oferta. Foi nesse quadro, aliás, que um outro investigador português, o Prof. António Cruz, paleógrafo e primeiro codicólogo do *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra, aliás, de geração próxima ou comum à do Prof. Serafim da Silva Neto, também adquiriu uma coleção significativa de pergaminhos e manuscritos medievos.

Dois destes manuscritos são material e formalmente muito próximos. São-no pelos suportes de escrita, pelo método utilizado na composição dos cadernos e, ainda, pelas características da *mise-en-page*, da escrita e da decoração. Estes dois itens são o *Flos Sanctorum* e os Diálogos. A empaginação de ambos é feita com caixas de texto a duas colunas de 36 linhas escritas cada uma; a regragem foi feita a ponta seca, sintoma de bom domínio das técnicas de trabalho em *scriptorium* por parte dos agentes copistas. Verifica-se o recurso à picotagem para o lançamento das linhas de justificação (por exemplo no fl. 78 dos Diálogos) e também para a regragem das linhas de escrita.

Originários de um *scriptorium* e de uma biblioteca portuguesas, onde foram compostos, datáveis, pelas suas componentes paleográfica e textual, em escrita gótica librária redonda, de meados do século XIV quanto à sua morfologia, *ductus*, sistemas braquigráfico e de pontuação, e demais características paleográficas, estes preciosos manuscritos da Universidade de Brasília incorporam e são expressão de uma longa tradição cultural do mundo mediterrâneo ocidental, traduzindo narrativas que remontam *a se* aos primórdios do Cristianismo deste espaço civilizacional (casos do *Flos Sanctorum* – ou Vidas dos Padres Santos – e dos Diálogos de S. Gregório Magno) e dando, simultaneamente, testemunho da evolução da sede de conhecimento do homem medieval em torno da

decifração e compreensão mais racional dos significados últimos e essenciais do mundo natural e animal (recordando que o famoso Livro das Aves, no seu texto original, é da autoria do monge Hugo de Folieto, que o compôs em meados da segunda metade do século XII).

No todo, estas três obras, ou o que delas resta, numa amostra bem significativa de um antigo códice de pergaminho desestruturado em época tardia, contam com um total de 168 fólios e meio, em pergaminho, a saber: *Diálogos de S. Gregório*: 80 fólios, predominando cadernos sênios; com UR (unidade de regramento) de 6,41mm e estrutura de página, por exemplo, o fólio 86r: larg. 21+85.11.81+30 (228mm) x alt. 25+231+74 (330mm); *Flos Sanctorum* ou Vidas dos Padres Santos: 81 fólios, predominando cadernos sênios, UR de 6,58mm, com estrutura de página exemplificada para o fólio 30r: larg. 18+81.12.83+31 (225mm) x alt. 24+237+71 (332mm); *Livro das Aves*, de que resta apenas um caderno aparentemente sênio e um bifólio com falta de parte do segundo fólio respetivo, com UR de 6,55mm e medidas de página para o fólio com a iluminura do açor manso e bravo de larg. 19+79.12.81+31 (222mm) x alt. 19+236+65 (320mm). Os bifólios que restam do Livro das Aves sofreram perdas materiais na margem de rodapé, o que explica a diferença métrica encontrada para a altura média dos seus fólios. A coincidência da UR e da métrica da largura da empaginação entre os três textos assegura a conformidade destes manuscritos certamente pertencentes a um mesmo códice na sua origem e fonte de proveniência.

A sequenciação entre os cadernos é assegurada por reclamos de metodologia unitária, lançados no momento da composição do códice. Já no século XX, foi lançada, a tinta, nova numeração, em algarismos, na interseção das margens de cabeceira e de goteira. Dadas as características epidérmicas do material suporte da escrita, estamos perante pergaminho de ovino.

Os manuscritos da UnB não apresentam encadernação, embora esta se possa reconstituir parcialmente em contexto de arqueologia codicológica. Dada a coerência organizacional dos cadernos das obras em causa, com unidades de regramento ou interlineamento e pautagem muito próximas, como se viu, considerando, também, a homogeneidade do pergaminho e a conformidade gráfica da letra da mão do escriba principal do texto, assim como a coerência das soluções de ornamentação filigranada das letras capitulares e das iniciais, de algumas iluminuras figuradas, como a do monge ou a do Profeta Ezequiel, além do que se sabe acerca da história da proveniência e circulação destes

manuscritos até à sua entrada nos acervos da UnB, entre outras características materiais, poderemos afirmar, efetivamente, que estamos perante manuscritos que são testemunho de um mesmo códice original, desfeito em época muito provavelmente contemporânea. O primitivo códice foi produzido seguramente num *scriptorium* medieval português, decerto monástico, e serviu à curiosidade intelectual e à formação espiritual e religiosa dos respetivos públicos leitores.

A decoração dos três manuscritos, no que se refere à ornamentação das iniciais maiúsculas e das letras capitulares, parece-nos ter pontos em comum. Não se trata de uma decoração, passe a expressão, “barroca”, cheia, invadindo margens, intercolúnios ou cercando toda a página. Nada disso. A ornamentação paleográfica é efetivamente muito trecentista.

Acresce sublinhar que os bifólios do caderno do Livro das Aves, da UnB, material e codicologicamente unitário aos dois outros títulos, tem como originalidade fundadora o representar, a única versão em língua portuguesa medieval deste tratado, até hoje conhecida, à qual acresce a mais-valia da qualidade, para além do seu valor linguístico, da escrita paleográfica e das excepcionais iluminuras góticas que apresenta, aparentemente inspiradas em modelos de iluminação góticos ibérico-francos. Possui, o que resta desta obra, alguma informação de enorme valia e novidade cultural e científica, como sucede com a assunção da terminologia, do costume ou da tradição científica hispânica, que denomina como “ema” a avestruz, numa das suas mais precoces enunciações num texto ocidental.

CONCLUSÃO

Os manuscritos da Biblioteca da UnB tiveram origem no universo do livro religioso medieval em território português. Esta é uma característica fundamental neste género de património documental, isto é, o da sua condição e dependência do universo cultural do medievo português, universo em que o religioso, como por todo o Ocidente cristão, ocupa lugares centrais na vida do indivíduo e da sociedade. São herança de uma história e de uma cultura plurais, europeia, portuguesa mas também da Nação brasileira, a cujo património documental e bibliográfico pertence, custodiado e valorizado no contexto da ação cultural e cívica da Biblioteca da UnB, constituindo um raro, precioso, singular e interpelante tesouro e herança da memória do Mundo.

Dito isto, e tudo isto sujeito às cautelas das necessárias análises pormenorizadas ainda a fazer, parece-nos estarmos perante manuscritos com elementos unitários do ponto de vista do método do tratamento e do trabalho dos suportes de escrita e da empaginação, como se de um códice miscelâneo, ou talvez dois códices, se tratasse. A diferença de mãos apontará para *scriptorium* ou oficina de produção coletiva, o que só se pode compreender no contexto de uma instituição produtora com elevada capacidade de cópia e de reprodução de manuscritos.

Dos considerandos apresentados deriva uma outra questão. Quando foram feitos estes manuscritos? A resposta a dar, exige ter-se em conta vários contributos disciplinares. Do ponto de vista paleográfico, estamos perante uma escrita gótica redonda librária, corrente no século XIV e também no primeiro terço de Quatrocentos, ainda que isto seja uma matéria que urge trabalhar muito mais em Portugal. Por outro lado, a Linguística histórica dá um contributo decisivo neste campo. Há, ainda, esse contexto cultural histórico que nos mostra a tendência dos mosteiros portugueses para reformas disciplinares e identitárias especialmente a partir do último terço do século XIV, confirmando-se estas especialmente no século seguinte.

É dentro de um quadro comparativo e interdisciplinar que importa seguir estudando e valorizando os manuscritos medievais da UnB. Importará apurar a originalidade textual das traduções – feitas por via direta do latim para o português ou intermediada por outra língua romance românica –, ou a sua dependência de outras versões – a Prof^a Dr^a Maria Eurydice de Barros Ribeiro afastou já a possibilidade de uma dependência direta do Livro das Aves do exemplar de Lorvão, por exemplo – verificar desvios entre original, exemplar e cópia, se possível, apurar acidentes e erros, correções dos censores do *scriptorium* e anotações de leitura e outras marcas que permitam esclarecer mais aprofundadamente a questão permanente da origem, proveniências e formas de circulação destes preciosos manuscritos.

Algumas destas questões têm encontrado respostas e interrogações na investigação dos Professores Drs. Maria Eurydice de Barros Ribeiro e Américo Venâncio Lopes Machado Filho. Outras questões permanecerão sempre em aberto, procurando respostas que as diferentes gerações de historiadores e de investigadores irão encontrando e dando para o conhecimento destes manuscritos tão preciosos e que qualquer arquivo ou biblioteca nacional gostaria de contar entre os seus tesouros.

Importará, sempre, preservar – e estes manuscritos necessitam de algum restauro próprio de materiais como o pergaminho – e valorizar tão rico património cultural que é hoje pertença do património da UnB, do Brasil e de toda a História do património lusófono no Mundo. Só pelo estudo se aumenta o conhecimento, aquele conhecimento que importa para a maior dignidade do ser humano e para a felicidade dos povos; só pelo conhecimento partilhado se valoriza socialmente o património que se possui e, nessa valorização e nessa partilha, que as novas tecnologias digitais tanto facilitam, se encontra o sentido direi anagógico da vida. Assim como está escrito, parábola do Livro sagrado, que “Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; ninguém acende uma candeia e a coloca debaixo do módio, mas no velador, e assim alumia a todos os que estão na casa” (Mt 5: 15), assim conluo saudando os historiadores, os bibliotecários os investigadores, que são a “luz do mundo” e guardiães vivos dos tesouros que as gerações do passado, das quais comungamos mesmo que distanciados pelos séculos e pelos oceanos, edificaram e nos legaram.

FONTES PRIMÁRIAS

Livro das Aves da UnB:

<http://www.scrinium.pt/pt/pt-017>

Textos, autores e manuscritos em português medieval:

Bitagap - PhiloBiblon - Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses, da Universidade de Berkeley - http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html

Manuscritos iluminados europeus:

<https://www.wdl.org/es/sets/illuminated-manuscripts/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGATI, M. L. *Il libro manoscritto. Introduzione alla codicologia*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 2003.

AMARAL, Luís Carlos (coord.). *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae - Chartularia*. Livro de Mumadona. Cartulário do Mosteiro de Guimarães. v. VII. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016.

ANSELMO, Artur. *História da Edição em Portugal. I. Das origens até 1536*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991.

BANDEIRA, Ana Maria. *Pergaminho e papel em Portugal. Tradição e conservação*. Lisboa: Celpa - Associação da Indústria Papeleira, 1995.

- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de. *A Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra: Imprensa de Universidade, 1921.
- NASCIMENTO, Aires Augusto e MEIRINHOS, José Francisco (coord.). *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.
- CLARK, Willene B. *The Medieval Book of Birds. Hugh of Fouillouy's Aviarium*. Edition, translation and commentary. New York: State University of New York at Binghamton, 1992.
- COSTA, Avelino de Jesus. *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. Separata de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n. 38, Coimbra, 1983.
- COSTA, Avelino de Jesus. *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII. Separata da revista Theologica*, v. XVIII, fasc. I-II e III-IV, Braga, 1983.
- COSTA, Avelino de Jesus. *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.
- CUNHA, A. G. (ed.) *Livro das Aves*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1965.
- DUBY, Georges. *Le temps des cathédrales. L'art et la société, 980-1420*. Paris: Gallimard, 1976.
- EGRY, Anne de. *O Apocalipse do Lorrão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- FOLIETO, Hugo de. *Livro das Aves*. Trad. de Maria Isabel Rebelo Gonçalves. Lisboa: Colibri, 1999.
- GÉHIN, P. (org.). *Lire le manuscrit médiéval. Observer et décrire*. Paris: Armand Colin, 2005.
- GLÉNISSON, J. (dir.) *Le livre au Moyen Âge*. Paris: Presses du CNRS, 1988.
- GOMES, Saul António. *In limine conscriptioinis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII a XIV*. Coimbra: Palimage, 2007.
- GOMES, Saul António. *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa: Temas & Debates, 2009.
- ILINE, M. *O Homem e o Livro*. Lisboa: Cosmos, 1941.
- ILUMINURA (A) em Portugal. *identidade e Influências*. Catálogo da Exposição, 26 de Abril a 30 de Junho '99. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.
- INVENTÁRIO dos Códices Alcobacenses. Tomos 1 a 6. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1930-1932 e 1978.
- Livro Verde da Universidade de Coimbra*. Edição fac-similada. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.
- Livro Verde da Universidade de Coimbra. Transcrição*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um Flos Sanctorum Trecentista em Português*. Brasília: EdUnB, 2009.
- MARTIN, H.-J. ; VEZIN, Jean Vezin (dir.). *Mise en page et mise en texte du livre manuscrit*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie-Promodis, 1990.
- MARTINS, Mário. *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria Cruz, 1956.

MCMURTRIE, Douglas C. *O Livro*. Impressão e fabrico. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MEIRINHO, José Francisco. *Santa Cruz de Coimbra*. A cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001.

MILLARES CARLO, Agustín. *Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MIRANDA, Maria Adelaide, *A Iluminura de Santa Cruz no tempo de Santo António*. Lisboa: INAPA, 1996.

NASCIMENTO, Aires Augusto. Das palavras às coisas: o percurso do livro através da terminologia bibliográfica. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1984, p. 91-104.

NASCIMENTO, Aires Augusto. *Ler contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa. (Recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. 2 v. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

NASCIMENTO, Aires Augusto. *Os antigos códices de Lorvão: balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Município de Penacova, 2016.

NETO, Serafim da Silva. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Brasília: MEC; Casa de Rui Barbosa, 1956.

OBRAS completas de Beato de Liebana. Madrid: Estudio Teológico de San Ildefonso; Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, Livros de Direito na Idade Média. *Lusitania Sacra*, n. 7, p. 7-60, 1964-1966.

_____. Livros de Direito na Idade Média. *Lusitania Sacra*, n. 8, p. 81-96, 1967-1969.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, "Dos livros e dos seus nomes: bibliotecas litúrgicas medievais", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 17 (1971-1973), pp. 97-167.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *O Livro das Aves*. Fragmento de um manuscrito desaparecido. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

SANTOS, Maria José Azevedo. *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

SANTOS, Maria José Azevedo. A evolução da língua e da escrita. In: SANTOS, Maria José Azevedo et al. *Portugal em definição de fronteiras*. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. v. III. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 604-634.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Fontes para o conhecimento da língua portuguesa de Trezentos. Os mais antigos manuscritos portugueses existentes no Brasil. Araraquara: Grupo de Trabalho de Estudos Medievais da Appall, 2009.

SMITH, Marc H. Pour une préhistoire des écritures modernes. *Gazette du livre médiéval*, n. 40, Printemps, 2002, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.palacographia.org/glm/glm.htm?art=smith>>. Acesso em: 15/11/2018.

SMITH, Marc H. Les gotiques documentaires: un carrefour dans l'histoire de l'écriture latine. *Archiv fur Diplomatik*, n. 50, 2004, p. 417-465.